

LUTA PELA TERRA, MEDIADORES POLÍTICOS E A MONOCULTURA DE EUCALIPTO NA COMUNIDADE RURAL DE CANABRAVA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Rony Enderson de Oliveira¹

RESUMO

A monocultura de eucalipto no Norte de Minas, que se inicia na década de 1970 com incentivos fiscais, vem avançando sobre o cerrado norte mineiro e, conseqüentemente, encurralando as comunidades tradicionais que vivem nas áreas em que a monocultura de eucalipto vem se expandindo, causando assim uma gama de conflitos entre as empresas e as comunidades. O presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de articulação entre a comunidade rural de Canabrava e os mediadores políticos na luta pela terra na comunidade de Canabrava – Guaraciama (MG). Para melhor elucidar a questão da mediação política na comunidade, foi usada, como instrumento de pesquisa, a pesquisa qualitativa, porém não sendo descartado o uso da pesquisa quantitativa. Priorizou-se, nas entrevistas, as principais lideranças da comunidade, os moradores mais velhos, os representantes das entidades identificadas durante o trabalho de campo, CAA-NM e o NASCer- UFMG. Com a análise dos dados, pode-se concluir que a principal importância da mediação das entidades que atuam na comunidade é o acesso a informação, a possibilidade de trocas de experiências com outras comunidades e a realização de encontros que debatem a questão dos impactos da monocultura de eucalipto.

INTRODUÇÃO

A monocultura foi uma das primeiras atividades que se desenvolveu no Brasil, e junto com ela se consolidou a formação de grandes latifúndios. A luta pela terra no Brasil é uma questão que envolve vários atores, sendo que diversos movimentos sociais foram se formando para tentar concretizar a reforma agrária no Brasil.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de articulação entre a comunidade rural de Canabrava e os mediadores políticos na luta pela terra na comunidade. O entendimento da questão posta acima é relevante para o Serviço Social, visto que um dos objetivos da profissão do assistente social é contribuir para a emancipação e autonomia do sujeito.

Os pressupostos dessa pesquisa se baseiam nas premissas que a monocultura de eucalipto, implantada na região, gerou impactos vultosos, e as comunidades atingidas tiveram as suas terras de uso comunal invadidas pelo eucalipto e, conseqüentemente, os mesmos

¹ Assistente Social do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária.
rony.enderson@ifnmg.edu.br

tiveram sua sobrevivência comprometida. Partimos do pressuposto que na comunidade rural de Canabrava, os moradores se articulavam entre si para discutir e enfrentar os problemas advindos da monocultura de eucalipto, e a comunidade rural de Canabrava se articula com outras comunidades para o enfrentamento dos impactos da monocultura de eucalipto e que a atuação dos mediadores políticos são de grande relevância no que diz respeito ao apoio a essa comunidade.

A OCUPAÇÃO DO BRASIL, AS POLÍTICAS AGRÁRIAS E A MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO NORTE DE MINAS GERAIS

A ocupação do Brasil se deu efetivamente por volta de 1530, em que os portugueses começaram a povoar as terras brasileiras. A primeira atividade exploratória no Brasil foi a extração da madeira, o pau-brasil foi explorado no país durante anos. Posteriormente predominou a monocultura da cana-de-açúcar no Brasil, com vistas a atender os interesses da metrópole Portugal, que visava à produção de açúcar para abastecer o mercado português e atender o mercado europeu onde o açúcar tinha alto valor. E o Brasil era efetivamente uma colônia de exploração, destinada a fornecer matérias-primas à sua metrópole.

E se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro diamante, depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu, nada mais que isto (PRADO JUNIOR, 1982, p. 23).

A primeira experiência de colonização no Brasil foi implementada pelo regime de capitânicas hereditárias, e posteriormente foi implementado o regime de sesmarias². A concentração de terras no Brasil e a exclusão ao acesso a terra remontam desde os mecanismos de bloqueio que foram desenvolvidos já no período colonial, em que os escravos e os filhos mestiços eram excluídos da herança através do regime do morgadio, em que o filho mais velho se tornava o herdeiro das terras e os outros eram agregados, o que contribuía para que a fazenda não fosse desmembrada (MEDEIROS, 2002).

Com o fim do regime de sesmarias e com a independência do Brasil em 1822, foi aprovada, em 1850, a lei de terras, que determinava que o acesso à terra só poderia ser feito através de compra, pondo fim, assim, ao antigo sistema de posse. Os altos preços das terras impossibilitavam que os menos favorecidos tivessem acesso a mesma. “A lei de terras que

² Pelo regime de sesmarias, as terras eram distribuídas pelo donatário a outros proprietários particulares que podiam ser comercializadas.

teoricamente teria de reduzir seus efeitos concentracionários, contribuiu para que o latifúndio sobrevivesse e se consolidasse” (CHIAVENATO, 1997:30).

Durante o governo de João Goulart, na década de 60, depois de enviar ao congresso uma proposta de reforma agrária foi deposto pelos militares. No período da ditadura militar, em 1964, no Brasil, foi editado o Estatuto da Terra que privilegiava a mecanização das agriculturas e a produção de grãos para exportação, entre eles a soja e o café.

As articulações coletivas para conquistar a terra não são recentes, tais conflitos por terra remonta ao período colonial. O regime escravista no país não permitia que o negro escravo tivesse acesso a terra para garantir seu sustento, sendo ele obrigado a trabalhar nas propriedades dos seus “donos”. Nos séculos XIX e XX, no Brasil, as lutas populares pela terra já aconteciam em várias partes do país, os conhecidos movimentos messiânicos desse período eram liderados por religiosos fanáticos ou carismáticos que lutavam e buscavam construir um mundo para os seus seguidores que lutavam junto a eles, sem injustiças e com igualdade social (GOHN, 2003).

Desde o século XX no Brasil já se podiam verificar parcelas da sociedade que se articulavam contra a concentração fundiária, alguns membros do movimento tenentista já falavam sobre a importância da reforma agrária para eliminar da política brasileira as trocas de favores que permaneciam durante aquela época entre os grandes latifundiários e os moradores da região, o latifúndio era, em grande parte, responsável por esse coronelismo nas eleições, “a existência do latifúndio estava intimamente relacionada ao controle político dos eleitores e ao coronelismo, sendo a principal razão do que considerava como atraso político do Brasil” (ROSA apud MEDEIROS, 2002, p.15). A concentração fundiária era vista como responsável pelo atraso político naquela época e pela política de troca de favores.

As revoltas contra a concentração fundiária e a opressão no campo do século XVI, como as dos males, os cabanos quilombos, entre outros, podem ser vistas como precursoras dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, como as ligas camponesas nos anos 50, os movimentos populares ligados a CONTAG, CPT, MST e outros movimentos que vêm se articulando no cenário nacional para conseguirem levar a frente a luta pela terra iniciada desde o século XVI.

O processo de luta pela terra no Norte de Minas se intensifica com o processo de modernização e as políticas que foram implantadas pelo Estado, via SUDENE, com o intuito de “integrar” a região Norte e Nordeste do país ao processo de desenvolvimento.

A inserção do Norte de Minas na SUDENE se deve as suas características naturais. Em 1959 o Norte de Minas e o Nordeste são incorporados à entidade como área de

Polígono das Secas. As ações da entidade visavam o desenvolvimento do Nordeste e Norte de Minas. Os pontos centrais para que as regiões se desenvolvessem, baseavam-se na implantação de grandes projetos agropecuários, industrialização, reflorestamento e projetos de irrigação (PAULA & CLEPS JUNIOR, 2003).

No entanto, o processo de desenvolvimento concebido pelo estado, agravou as condições socioeconômicas das populações locais. Para justificar o atraso da região, as elites afirmavam que o atraso da região é que acentuava as condições de pobreza, provocadas, principalmente, pelas constantes secas que assolavam ciclicamente a região (DAYERLL, 2000).

Se de um lado a modernização da agricultura e os investimentos no setor de reflorestamento e irrigação visavam promover o desenvolvimento da região norte mineira, de outro provocou a restrição ao acesso aos recursos naturais da região, acentuando assim os conflitos agrários no Norte de Minas. E segundo Barbosa & Feitosa (2006), o cenário de restrição ambiental e socioeconômica aos agricultores familiares serviu de pano de fundo para intensificação da luta pela terra no Norte de Minas.

A história da luta pela terra na região norte mineira tem como destaque duas disputas territoriais nos anos de 1960, 1970 e 1980, são eles o conflito de Cachoeirinha no Município de Verdelândia - MG e o conflito da fazenda Tapera, no município de Riacho dos Machados – MG. Essas lutas se caracterizaram pela resistência de famílias de agricultores posseiros à tentativa de expulsão de suas terras empreendidas pelas empresas de reflorestamento (BARBOSA & FEITOSA, 2006).

O processo de expansão da eucaliptocultura no Brasil vem sendo acompanhado pelos diversos conflitos e luta pela terra. A implantação dos maciços florestais no Brasil vem sendo alvo de críticas, no que diz respeito aos seus impactos.

Estas críticas surgiram a partir de situações e relações conflituosas que vêm ocorrendo, por décadas, entre aqueles responsáveis pela implantação e utilização destes plantios de um lado e do outro os moradores das áreas ocupadas e diversas entidades representantes dos interesses da sociedade civil (ex. grupos ambientalistas, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações religiosas, etc.). Conseqüentemente a polarização de disputas em relação a este tema é muito grande (FANZERES, p. 02, 2005).

A ocupação do cerrado norte mineiro com a monocultura de eucalipto se deu através dos projetos de reflorestamentos que foram iniciados com o Programa dos Distritos florestais, que envolvia o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) e a RURALMINAS. Esse programa fornecia recursos financeiros e facilitava o acesso às terras.

Outra forma de apropriação das terras dos geraizeiros foi por meio da compra, por serem, as terras dos geraizeiros, extensas e de marcações imprecisas, as empresas cercavam extensas áreas, mesmo se nelas morassem famílias. Os que não foram expulsos pelos eucaliptos, permaneceram encurralados pela monocultura e não podiam retirar nenhuma madeira para sua subsistência (DAYRELL, 2000).

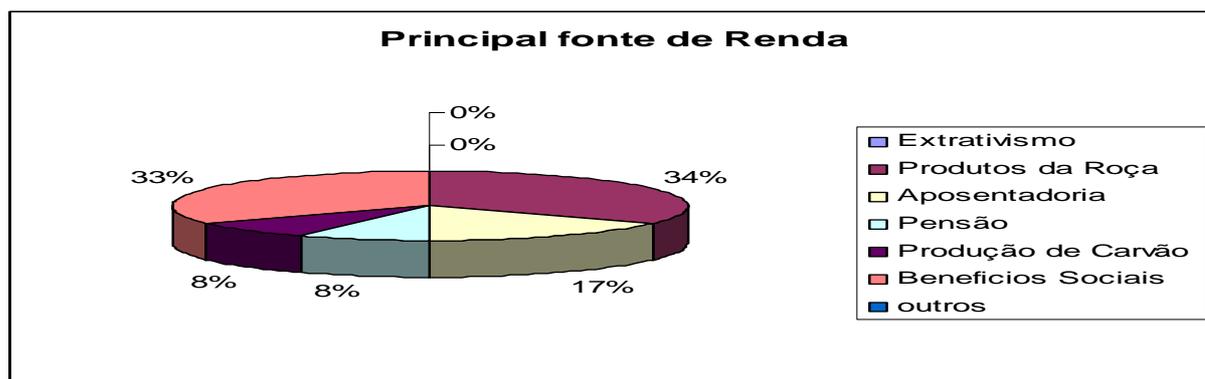
A QUESTÃO DA MEDIAÇÃO E A COMUNIDADE DE CANABRAVA

Por meio dos questionários e da entrevista aplicada na comunidade rural de Canabrava, pode-se perceber que a economia da região era baseada no extrativismo e que a maioria dos moradores sobrevivia da coleta dos frutos do cerrado. Os frutos colhidos no cerrado eram de grande importância para os moradores, pois a coleta dos frutos servia para a alimentação da família e para serem vendidos na feira do município de Guaraciama (MG). Com a chegada da empresa de reflorestamento, esses moradores não tiveram mais acesso a esses frutos do cerrado.

Olha, antes do eucalipto a comunidade aqui tinha muita fartura, muita água, muita fruta, entendeu? O povo vendia muita fruta, entendeu? O povo vendia panã, pequi, mangaba, entendeu? Mangaba, antes tinha muita fartura. O povo vivia era mais disso. Hoje em dia acabou tudo, o povo tá tudo desempregado, um cado saiu da terra, aqueles que guentou foi ficando e os que num guentou já foram embora, entendeu? Foram embora pra Bocaiúva, foi pra São Paulo, Belo Horizonte, mais naquela época ocê plantava arroz, feijão tudo ocê coia. Hoje em dia chove pouco, as água é muito pouca, aqui memo não tem água, os rios secaram tudo. Entaum ta esse problema desse jeito ai, cê entendeu? (Morador, A, pesquisa de campo, 2008).

A principal fonte de renda das famílias na comunidade rural de Canabrava, antes da chegada da empresa de reflorestamento, segundo um entrevistado, era a coleta de frutos do cerrado. “Antes o povo da comunidade fala que eles viviam do cerrado, das frutas do cerrado, que eles coletavam e vendiam na cidade, e que eles tinham mais liberdade, porque que tinha muita terra, muito cerrado que tinha muita fartura” (morador, E, pesquisa de campo, 2008).

Gráfico 01: principal fonte renda



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Com o processo de mediação política na comunidade rural de Canabrava, através dos questionários e entrevistas realizadas com os moradores, podemos identificar como principais alianças dos moradores na luta pela terra e pelo embate que é travado contra a empresa de reflorestamento na região são o CAA-NM³ e o NASCer - UFMG⁴.

O que levou o CAA-NM a atuar na comunidade rural de Canabrava, foi a sua inserção na Rede Alerta Contra o Deserto Verde em 1990, que se envolveu na região para realizar uma pesquisa na comunidade sobre os impactos da monocultura de eucalipto. Em entrevista realizada com o representante do CAA-NM, ele nos relata que,

O avanço das monoculturas de árvores no Norte de Minas provocou locais que perderam as suas terras ou parte delas, principalmente nas áreas comunais. Desde então o CAA vem participando da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, procurando fortalecer a resistência das comunidades locais e também na busca de alternativas agrárias, produtivas, econômicas e ambientais às grandes monoculturas (pesquisa de campo, 2008).enormes impactos ambientais e o encurralamento das populações.

Outra entidade que atua na comunidade é o NASCer - UFMG, que é formado por um grupo de estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais do Campus de Montes Claros (MG), e atua na região do Norte de Minas. A atuação do NAScer na região é desde o ano de 2006, em que foi realizado pelo grupo o Encontro Regional de Agroecologia (ERA), onde foram levantados os problemas da comunidade de Canabrava. E a partir daí se desenvolveram várias ações na comunidade,

³ Criado em 1985 e formalizado em 1989, tem como sede o município de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Atuação direta Norte de Minas – em redes de articulação no Semi-árido (ASA) e nos cerrados brasileiros (Rede Cerrado).

⁴ Criado em 2002, o Núcleo de Agricultura Sustentável do Cerrado – NASCer, tem sede no município de Montes Claros-MG no campus da UFMG. Esse núcleo é composto por estudantes do curso de agronomia e zootecnia da UFMG no campus de Montes Claros. Tem como objeto trabalhar valores e resgatar o processo de produção baseado na agroecologia no cerrado mineiro. O núcleo tem parceria com o CAA-NM e desenvolve várias atividades em conjunto com a entidade.

Organizamos o seminário “A questão da Monocultura do Eucalipto no Norte de Minas”, com a participação da Comunidade Cana Brava, participamos de várias audiências públicas. No início de 2007 o grupo foi convidado para integrar uma equipe gestora de um projeto (“Apoio as comunidades atingidas pelas monoculturas de árvores no Brasil”) integrado a REDE Alerta Contra o Deserto Verde. Organizou o Encontro de Comunidades Atingidas pela Monocultura de Eucalipto, em Cana Brava (pesquisa de campo, 2008).

O grupo atribui como mais importante para a alteração do quadro em que se encontra a comunidade frente aos avanços da monocultura de eucalipto,

O ponto principal na percepção do grupo para alteração do quadro em que se encontra Canabrava é a comunidade se organizar e, para isso, é necessário o papel de alguma entidade (como o CAA, CPT, MPA) e de mediadores políticos, como os estudantes e moradores da própria comunidade. E a organização é o principal passo para o embate (pesquisa de campo, 2008).

E no que se refere à importância dessas entidades na comunidade, a avaliação de um dos entrevistados é a seguinte:

É ajudar nois mais. É igual na luta pela terra, eles ajudar nois. É igual, por exemplo, eles ajudar nois na luta pela terra, e ajudar nois porque o pessoal aqui é pouco esclarecido, às vezes o pessoal chega e fica com medo. A comunidade nossa é organizada. É uma parte porque a maioria fica com medo de, às vezes uns encara e outros fica com medo, se sair eu quero (vice-presidente da associação rural de Canabrava).

Durante a pesquisa, identificamos que os mediadores políticos que atuam na comunidade (CAA, NASCer), atuam no sentido de interagir a comunidade com outras comunidades que enfrentam os mesmos problemas. E para promover esse intercâmbio entre as comunidades rurais impactadas pela monocultura de eucalipto, foi organizado, em 2007, na comunidade de Canabrava, o Iº Encontro das Comunidades Atingidas pela Monocultura de Eucalipto, onde estiveram presentes lideranças de diversas comunidades e entidades⁵.

⁵ O encontro foi realizado pelo CAA-NM, NASCer/UFMG e pela entidade finlandesa SIEMENPUU FAUDATION. Estiveram presentes representantes da Comunidade Pindaíba (Guaraciama), Comunidade Tapera (Riacho dos Machados), Comunidade Pau D’óleo (Riachão), Comunidade Pedro Noronha, Comunidade Itabatinga (Guaraciama), Comunidade Canabrava (Guaraciama), Comunidade de Morrinhos, Associação Pau de d’óleo, Grupo Teatral Pirraça em Praça (Fruta de Leite), Associação Comunitária de Canabrava, Associação Cabeceira de Canabrava, Associação Comunitária do Brejão, Associação Pedro Noronha, Associação de Para Terra, Associação Comunitária de Morrinhos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras, Comunidade ParaTerra (Bocaiúva), CEAAC (Centro de Atendimento e Apoio a Comunidade), Unimontes, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Comissão Pastoral da Terra, MASTRO, Jornal de Bolso, Escola Rural Geraizeira, Núcleo de Agricultura Sustentável do Cerrado - UFMG, Serviço Social-Unimontes, FASE – Espírito Santo, Movimento Quilombola (Conceição da Barra – ES) (CAA-NM, 2007).

Figura 01
Encontro das comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto.



Figura 02: Encontro das comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto.
 Fonte: CAA-NM, 2007.
 Org. Oliveira, Rony. E. (2008).

CONCLUSÕES

As leis que foram sendo implantadas no país não contribuíram para a realização de uma reforma agrária e não foram capazes de eliminar o latifúndio. Inicialmente a Lei de Terras contribuiu para a permanência do latifúndio, visto que eliminava o sistema de posse e instituía o sistema de compras das terras, porém, com os altos preços das terras, a classe menos favorecida não obteve acesso a terra. Em 1946, a Constituição estabeleceu que o uso da propriedade ficasse submetido ao bem-estar social e que as desapropriações deviam ser feitas mediante indenização em dinheiro. Mais uma vez o processo de reforma agrária ficou limitado, pois o Estado não dispunha de vultosos recursos para realizar as desapropriações.

A questão agrária volta à tona, quando no período da ditadura militar é editado o Estatuto da Terra em que se priorizou a modernização da agricultura através da mecanização.

A monocultura foi uma das principais atividades econômicas que moldaram a economia brasileira. No Norte de Minas, como se pode perceber, essa atividade foi incentivada pelos diversos recursos federais, mais precisamente no período da ditadura militar (1964-1985), que visava, através do Estatuto da Terra, a modernização da agricultura.

Como discutido no presente trabalho, a monocultura de eucalipto moldou a forma de vida dos trabalhadores rurais que ali viviam e vivem até hoje. Muitos desses trabalhadores se viram isolados. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelos mediadores políticos foram de grande importância para publicizar às dificuldades das comunidades rurais impactadas pela

monocultura de eucalipto, em especial a comunidade de Canabrava no município de Guaraciama no Norte de Minas Gerais.

Durante a realização desse trabalho, pode se verificar que a terra é de suma importância para os moradores da comunidade, e que a supressão do cerrado para a implantação da monocultura de eucalipto suprimiu um dos principais meios de sobrevivência da comunidade: o cerrado.

As relações sociais, estabelecidas entre a comunidade rural de Canabrava e os mediadores políticos que atuam na comunidade, são de grande valia, no sentido que essas instituições são, na maioria das vezes, as únicas que trabalham próximas a essas comunidades no intuito de amenizar os problemas advindos das monoculturas.

Esses mediadores políticos são também importantes no sentido de levar as informações a essas comunidades e de levar para o cenário público as dificuldades vividas pelos moradores. Contribuem para que as comunidades possam fazer intercâmbios de trocas de experiência e visualizem os problemas e formas de luta de outras comunidades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar. A dinâmica de luta pela terra no Norte de Minas Gerais. In: CLEPS JUNIOR, João; FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes (orgs.). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: ed. UCG, 2006. p. 171-193.

BARBOSA, Rômulo Soares; OLIVEIRA, Rony Enderson de. **Mediação política e a luta pela terra: o caso dos atingidos pela monocultura de eucalipto na comunidade rural de Canabrava no Norte de Minas Gerais**. In: I Congresso de Desenvolvimento Social: Globalização do regional e regionalização do global, 05 a 07 de novembro de 2008, Montes Claros: Unimontes, 2008.

BARBOSA, Rômulo Soares; OLIVEIRA, Rony Enderson de. **Movimentos sociais, luta pela terra e a monocultura de eucalipto: o caso da comunidade rural de Canabrava no Norte de Minas Gerais**. In: 16º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo, 03 a 05 de novembro de 2008, São Paulo: USP, 2008.

CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Encontro das Comunidades Atingidas pela Monocultura de Eucalipto: encontro REDE Alerta Contra o Deserto Verde Regional Norte de Minas**. 2007 (relatório de encontro).

CLEPS JUNIOR, João; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. Vidas Secas: Sertanejos migrantes e a dinâmica do mercado de trabalho no Norte de Minas Gerais. In: MAIA, Cláudia; RODRIGUES, Luciene (orgs.). **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros: Unimontes, 2003. p 109-148.

CHIAVENATO, Julio José. **Violência no Campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

DAYRELL, Carlos. Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios de agrobusiness. DAYRELL, Carlos; LUZ, Claudia (orgs.). In: **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e atualidade**. Montes Claros: CAA-NM, 2000. p. 189-272.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FANZERES, Ana (Coord.) **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição e estratégias para minimização dos conflitos identificados**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. (Relatório Final de Consultoria).

FSC, **Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores**. Disponível em: http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta_Revisao_FSC.pdf, acesso em 28 de julho de 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOHN, Maria da Gloria. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Leonilde de Servolo. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

OLIVEIRA, Rony Enderson de. **Políticas Sociais e Reforma Agrária no Brasil: Utopia ou elementos de combate às desigualdades sociais**. III-Semana do Serviço Social da Unimontes. 28 a 31 de maio de 2007

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANEXOS

ANEXO. I.

Figura 02: Vista aérea dos maciços de eucalipto da V & M e o encurralamento na comunidade de Canabrava



Figura 03. Vista aérea dos maciços de eucalipto da VM e o encurralamento na comunidade de Canabrava. Fonte: Google Earth apud FSC, 2008.

ANEXO. II.

Figura 03. A MONOCULTURA DE EUCALIPTO EM NA COMUNIDADE DE CANABRAVA



Fonte: OLIVEIRA, Rony. E..
Orgs.: OLIVEIRA, Rony. E. (2008).

Figura. 04.IMPACTOS DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO EM CANABRAVA



Fonte: OLIVEIRA, Rony. E.O. (2008).
Orgs.: OLIVEIRA, Rony. E. (2008).